

**P A R E C E R J U R Í D I C O N.º 318/2023**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO**  
**Modalidade: Pregão Eletrônico 169/2023**  
**Processo E protocolo 20.427.588-2**

**UNIOESTE - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO**

O presente processo de licitação n.º 20.427.588-2, na modalidade **Pregão Eletrônico** sob o critério de julgamento de menor preço por lote (constando o lote de apenas um item), objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços continuados na área de ANESTESIOLOGIA eletiva, de urgência e emergência para atender à necessidade e demanda do HUOP conforme quantitativos e especificações constantes no termo de referência e edital - a fim de que seja suprida a demanda do serviço público prestado pelo Hospital Universitário do Oeste do Paraná - teve sua tramitação nos termos da legislação pertinente que regulamenta a matéria, podendo o Ordenador de Despesas, de acordo com a conveniência e oportunidade, homologar o processo.

Vale destacar que o presente Parecer dispensa o exame do edital, em razão de já ter sido emitida a análise jurídica relativa à minuta de tal peça processual (fls. 242 a 247). Por agora se aprecia os demais atos do procedimento licitatório realizados desde então.

No Parecer jurídico acima dito, ressalta-se que pelo valor do certame, não se aplicaria a cota para ME/EPP, nem mesmo poderia ser uma competição exclusiva para empresas enquadradas como tal (fls. 245).

No transcurso do processo, a pregoeira foi diligente e manteve a decisão pela habilitação da primeira colocada, prezando, acima de tudo, o dever de a Instituição assegurar à população a continuidade do serviço, e, assim, o cumprimento do Interesse Público, atrelado ao Princípio da Economicidade.

Os recursos foram tempestivamente protocolados pelas Empresas, bem como realizada a análise ponto a ponto pela pregoeira e a equipe técnica no que lhe incumbia.

Na atual fase do procedimento, a adjudicação do objeto do certame cabe à autoridade máxima do Órgão, com previsão no artigo 71 da Lei 14.133/21:

**Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:**

**I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;**

**II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;**

**III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;**

**IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.**

**§ 1º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.**

**§ 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.**

**§ 3º Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.**

Diante da prerrogativa indelegável do Diretor Geral do HUOP, o gestor poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação se entender que:

- a) não houve a frustração ao caráter competitivo e à lisura do processo;
- b) que não se comprovou o dolo na declaração da empresa primeira colocada, de que fazia jus aos benefícios da Lei Complementar 123/06;
- c) que a declaração de condição de ME/EPP não colocou a Empresa Doutor Prime em condição mais vantajosa perante as demais participantes da licitação.

De forma contrária, poderá o gestor decidir pela não homologação do certame, se entender que a declaração de condição de ME/EPP prestada pela primeira colocada ultrapassa uma mera irregularidade, condição que a inabilitaria.

Considera-se ainda que a tomada de qualquer decisão requer a Motivação, requisito fundamental em todo processo.

Por fim, o Ordenador de Despesas deverá proceder nos termos do artigo 71 acima transcrito, decidindo de acordo com a conveniência e oportunidade para o serviço público.

Cascavel, 28 de setembro de 2023.

Karina Isabel Vivian  
OAB/PR 65542  
Assessoria Jurídica - H.U.O.P